

## O palacete da Quinta do Espírito Santo

A Quinta do Espírito Santo fazia parte do conjunto de quintas que integravam o território de Odivelas, sendo esta já referenciada em documentação pelo menos desde 1852, nomeadamente numa Escritura existente no Inventário do Arquivo do Real Mosteiro de S. Dionísio de Odivelas, datada de 09 de Dezembro, referindo “um prazo chamado Quinta do Espírito Santo em Odivellas”<sup>1</sup>.

A antiguidade da Quinta é ainda atestada pela referência documentada à existência de uma Ermida dedicada ao Espírito Santo<sup>2</sup>, donde provavelmente terá derivado o nome da mesma.

Em documentação posterior, de 1888, o Prazo denominado Quinta do Espírito Santo surge identificado como a primeira gleba, com o nome da Quinta do Espírito Santo, composta de casas de habitação, várias oficinas agrícolas, jardim, horta, parreiras sobre esteios de ferro, pomar de laranjeiras e de outras árvores e águas do rio e de várias fontes, tudo isto cercado de muros e que compreendia também seis casas que ficam a norte fora dos muros, porém encostadas a esta. A Quinta é descrita nessa altura, como estando situada no *Lugar da freguesia d’Odivellas* à frente da entrada dos Pombaes. Na sua descrição consta ainda o seguinte: “confronta a Norte com a dita Rua da Fonte, do Sul com a dita estrada e com a terra da Encarnação, do Nascente com a mesma estrada e do poente com o rio. Tem a medição seguinte = do portão principal ao sul até à porta da Rua da Fonte ao norte (por dentro) 250 metros, do muro do cano de baixo ao nascente até ao muro do rio ao poente (por dentro) 165 metros = e por fora face do muro, começando da ombreira da porta da Rua da Fonte ao norte, partindo pelo nascente ao canto da ermida que foi do Espírito Santo, 350,68 metros e continuação do cunhal da dita ermida até chegar à referida ombreira 416 metros.”<sup>3</sup>

Em 1890, na Descrição Predial a propriedade é indicada como Urbana e Rústica, toda murada, denominada “Quinta do Espírito Santo”<sup>4</sup>, situada na freguesia de Odivelas, e a parte rústica era composta de terra de sementeira, jardim e pomar com várias árvores de fruto inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº 156 com o valor de 126.870\$00 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta escudos).

Na segunda metade do séc. XIX, nomeadamente entre 1849 e 1890, António Maria Bravo (sénior) e sua família, foram os proprietários do imóvel. O Palacete, situado na rua Dr. Alexandre Braga, era utilizado como casa de férias da família e integrava a antiga quinta que se estendia para norte até à rua da Fonte.

Em 1890 João Maria Bravo<sup>5</sup>, vendeu a Quinta do Espírito Santo, a João Simões. Por sua morte em 1901, passa para a viúva e seus herdeiros, que a vendeu a Luís Simões Henriques.

---

<sup>1</sup> Cf. ANTT, *Inventário do Arquivo Real do Mosteiro de S. Dionísio de Odivelas*, Nº 903, 09/12/1852.

<sup>2</sup> Cf. ANTT, *Memórias Paraquiais 1758* e Descrição Predial, nº 4602, 2ª Conservatória Predial de Lisboa, 21/03/1888.

<sup>3</sup> Cf. 2ª Conservatória Predial de Lisboa, Descrição Predial, nº 4602, 21/03/1888.

<sup>4</sup> Cf. 7ª Conservatória Predial de Lisboa, Descrição Predial, nº 5403, 1890.

<sup>5</sup> Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (10/02/1882).

No registo matricial urbano (art.º 227), efetuado em 1950, o Palacete surge localizado na Quinta do Espírito Santo e assim se encontra atualmente identificado em Odivelas, quer na Repartição de Finanças, quer na Conservatória do Registo Predial.

Em 1961 encontra-se alugada à Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.

Propriedade Municipal desde 2009, foi objeto de reabilitação no período decorrido entre 2019 e 2020 com o objetivo de restaurar, salvaguardar e valorizar o património arquitetónico de Odivelas.

O palacete da Quinta do Espírito Santo é atualmente um edifício classificado como Imóvel de Interesse Municipal (de acordo com o Decreto de Lei n.º 2/96 de 06/03/1996), que se assume como ponto representativo da memória histórica da freguesia de Odivelas.

Palacete de arquitetura civil do século XVIII, de dois pisos e águas furtadas e com quase três séculos de existência, sofreu várias alterações e remodelações exteriores e interiores.

Do seu interior destacamos as pinturas murais inspiradas em modelos neoclássicos, adaptadas a vivências campestres, próprias do Termo de Lisboa, de que a Natureza foi a principal fonte de inspiração, visíveis nos frisos de flores, grinaldas, laçarias e medalhões de animais.

Perante a fachada posterior desenvolve-se um pequeno jardim, de organização geométrica, testemunhando a importância da natureza durante o período barroco. É um espaço organizado, embora não monumental. Do conjunto destacam-se as duas fontes, uma de espaldar concheado, com azulejos representando um vaso de flores e a outra com motivos de embrechados. Destacam-se ainda quatro plátanos seculares, os quais conferem importância e originalidade ao espaço.

Por fim, no centro localiza-se o chafariz, em cantaria de calcário, de planta circular e muro galbado.